



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
2ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

SENTENÇA

Processo nº: **0016801-88.2013.8.26.0566/01**
 Classe - Assunto: **Cumprimento de Sentença - Assunto Principal do Processo << Informação indisponível >>**
 Exeqüente: **Leila Aparecida Souza**
 Executado: **Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo Cdhu**

Juiz de Direito: Dr. **MARCELO LUIZ SEIXAS CABRAL**

Vistos.

Trata-se de cumprimento de sentença intentado por **Leila Aparecida Souza** em face de **Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo – CDHU**. Diante do cálculo de fl. 259, observo que dos valores a serem compensados a diferença totalizava o montante de R\$ 494,97.

Como anteriormente apresentado pelas partes, o valor mensal do aluguel perfaz a quantia de R\$ 191,00 (fl. 252). Dessa forma e tendo como parâmetro a data inicial de abril/2018 para compensação do valor remanescente, é evidente que as partes cumpriram com suas obrigações impostas pela sentença de fls. 247/251 no mês de junho/2018.

Ante o exposto, **JULGO EXTINTA a ação** pela satisfação da obrigação, com fundamento no artigo 924, inciso II, do Código de Processo Civil.

Com o trânsito em julgado, **proceda com a reintegração de posse do imóvel**, melhor descrito nos autos, ao embargado, ora executado.

A exequente deve ser pessoalmente intimada a desocupar voluntariamente o imóvel no prazo de 30 dias (a contar da intimação da presente decisão), sob pena de retirada coercitiva. Quanto a ela, mediante comunicação nos autos do decurso do prazo sem desocupação voluntária, **expeça-se mandado de REINTEGRAÇÃO DE POSSE**, com retirada coercitiva da exequente do imóvel, ficando deferido o concurso policial, caso se faça necessário.

Ato contínuo, à serventia para que **expeça-se o devido mandado de levantamento em favor da parte** embargada, referente ao depósito da caução de fl. 241, conforme estipulado na sentença de fls. 247/251.

Translade cópia desta sentença aos autos principais, de n. 0013216-96.2011, devendo-se proceder seu arquivamento e respectiva baixa.

Custas finais nos termos do art. 4º, inciso III, da Lei Estadual nº 11.608/2003. Intime-se para pagamento.

Cumpridas as determinações, dê-se baixa com as anotações de praxe e remeta-se ao arquivo.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
2ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

P.I.

São Carlos, 05 de julho de 2018.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**